

TRT-BA

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA
5ª REGIÃO

500 questões gabaritadas

Ensino Médio: Técnico Judiciário – Área Administrativa, Técnico Judiciário – Área
Apoio Especializado, Técnico Judiciário- Área Administrativa- Especialidades



CÓD: SL-080ST-22
7908433227236

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa.....	5
2. Direito do Trabalho	41
3. Administração Pública.....	61
4. Legislação.....	79
5. Raciocínio Lógico - Matemático	99
6. Direito Constitucional.....	113
7. Direito Administrativo.....	131

4. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Adjetivo

Atenção: Considere o texto abaixo para responder à questão.

1. Neide Gondim faz parte da primeira geração de pensadores da Universidade Federal do Amazonas empenhados em pensar a Amazônia em um movimento inverso do que, costumeiramente, é feito, ou seja, de dentro para fora. Sua obra reflete sobre o que pensavam os europeus que chegaram até a Amazônia pela primeira vez no século 16. Esses conquistadores ganharam a vez de contar a história e o fizeram do ponto de vista de onde partiram.

2. Em livros como "A invenção da Amazônia", Neide Gondim reconstrói brilhantemente os caminhos desse pensamento, que veio a fundar uma tradição estética sobre a Amazônia, em que predomina o paradoxal, o hiperbólico, o contraditório, o infernal e o paradisíaco. A autora redesenha o pensamento europeu dos homens que se atiraram ao mar em busca de comprovar as teorias especulativas sobre o mundo medieval. Ela identifica em sua bagagem duas lupas iluminadas pelo imaginário fantástico: as escrituras bíblicas e o Oriente conhecido por meio de livros e relatos de viagens.

3. É por meio dessa literatura, que serve até hoje de documento histórico, que Neide Gondim vai trançando as imagens que se projetaram sobre o país das Amazonas nas Américas e, desse modo, descortina as representações europeias sobre a região que hoje conhecemos como Amazônia.

4. A autora identifica uma obsessão do europeu medieval: encontrar o paraíso sobre a terra, longe da fome e da peste que assolavam a Europa medieval.

5. Quando se aventuraram mais adentro das Américas, os europeus pensaram ser o grande rio um mar de águas doces. Nele buscaram encontrar a exuberância fantástica da Índia e as guerreiras Amazonas, cuja imagem carregavam consigo devido à forte influência da Grécia Antiga.

6. O primeiro relato data de 1542, do cronista Gaspar de Carvajal, que acompanhava Francisco de Orellana na primeira descida pelo rio, vindo do Peru em direção ao Atlântico. Neide Gondim identifica os mesmos recursos utilizados por Marco Polo ao falar sobre o Oriente nas descrições de Carvajal. Carvajal afirma ter guerreado com as Amazonas; dá a localização do Rio de Ouro que levaria até Manoa, a capital de ouro das Amazonas; ao mesmo tempo, descreve o curso dos rios com precisão de navegador.

7. Muitas teorias floresceram durante os séculos seguintes na tentativa de explicar toda a novidade encontrada nas Américas. Darwin colocou as gentes da Amazônia na primeira idade evolutiva da humanidade; a Amazônia seria como um grande museu natural. O determinismo de Buffon afirmava que essas gentes não conseguiram evoluir

em consequência do clima quente. Montaigne via na ausência do rei a evolução paradisíaca para onde o europeu deveria seguir. Locke via na ausência do Estado a causa da degeneração daquelas gentes.

8. Tais ideias se difundiram por meio da ciência, da filosofia, das letras. Seus traços fantásticos são revestidos de verdade científica a partir do argumento de autoridade. Essas ideias estigmatizaram as gentes da Amazônia como primitivos, indolentes, infantis e bestializados. Estigmatizaram também a floresta como uma entidade fantástica distante e desconhecida no imaginário mundial.

9. Para Neide Gondim, a representação hiperbólica da Amazônia é uma tentação de que quase ninguém escapa. Para a autora, essa representação edênica começou no imaginário medieval sobre o incompreensível Oriente e a desconhecida América. Toda essa trança imaginária é apresentada com muita leveza e habilidade na obra de Neide Gondim.

(Adaptado de. DASSUEM, Nogueira. Disponível em. www.amazonamazonia.com.br)

O adjetivo que, no contexto, está empregado como substantivo encontra-se no trecho.

- (A) Nele buscaram encontrar a exuberância fantástica da Índia. (5º parágrafo)
- (B) a representação hiperbólica da Amazônia. (9º parágrafo)
- (C) pensaram ser o grande rio um mar de águas doces. (5º parágrafo)
- (D) Ela identifica em sua bagagem duas lupas iluminadas pelo imaginário fantástico. (2º parágrafo)
- (E) em que predomina o paradoxal. (2º parágrafo)

5. FCC - TJ TRT4/TRT 4/APOIO ESPECIALIZADO/ENFERMAGEM DO TRABALHO/2022

Assunto: Conjugação. Reconhecimento e emprego dos modos e tempos verbais

Para responder a questão, considere o texto abaixo.

Minha primeira tentativa de ler Dom Quixote de la Mancha, de Miguel de Cervantes, foi um fracasso. Eu ainda estava na escola e me confundia com as frases longas e as palavras antigas. Acabei desistindo.

Anos depois, li do começo ao fim, desfrutando cada página da história daquela dupla inusitada. o cavaleiro idealista determinado a transformar a realidade para que se assemelhe à de seus livros e seus sonhos; e o escudeiro pragmático que tenta manter seu mestre na dura realidade para que ele não se perca nas nuvens da fantasia.

Tudo é deslumbrante nesse livro, que simboliza melhor do que qualquer outro a infinita variedade da língua espanhola para expressar a condição humana com todas as nuances, a fantasia que leva o ser humano a transformar a vida. Em outras palavras, a forma como a literatura nos defende da frustração, do fracasso e da mediocridade.

O mundo estreito e provinciano de La Mancha, pelo qual Dom Quixote e Sancho fazem sua peregrinação, pouco a pouco se torna, graças à coragem do determinado cavaleiro andante, um universo de aventuras insólitas, em que se entrelaçam audácia, absurdo e humor, para nos mostrar como a imaginação pode transformar o tédio em aventura e converter o cotidiano em uma peripécia inusitada em que se alternam o maravilhoso, o milagroso, o patético – todos os matizes de que se faz a vida.

Em livro recente, o crítico Santiago Muñoz Machado analisa as biografias mais importantes do escritor Miguel de Cervantes para saber em que sociedade surgiu Dom Quixote. O leitor da obra de Muñoz Machado encontrará tudo. o aparato jurídico que reinava na Espanha enquanto Cervantes escrevia as aventuras de Dom Quixote, as festas populares, a propagação da feitiçaria, os crimes da Inquisição, a vida elevada dos artistas, a mentalidade militar à sombra da Coroa.

Cervantes era um homem simples e miserável, aparentemente desde muito jovem. No começo da vida, um crime o leva para a Itália. Como todos os humildes, ele se torna soldado. E guerreia em Lepanto contra os turcos, quando não deveria, por causa de condição de que sofria. E, então, devido a raptos berberiscos, ele passou cinco anos em Argel, onde deve ter sofrido o indescritível, sobretudo depois de suas tentativas de fuga. Padres trinitarianos o salvaram, pagando seu resgate. Na Espanha, tentou ir para a América, mas o Estado sequer respondeu às suas cartas. Ou seja, com ele tudo acontecia de maneira tal que ele poderia muito bem se tornar ressentido. E, no entanto, a generosidade e a hombridade de Cervantes estão mais do que garantidas. Era um homem sem remorso, preocupado em elevar a vida de seus concidadãos. Um homem bom e idealista.

Quando li Dom Quixote, já havia muito tempo que lia romances de cavalaria, nos quais o formalismo tentava frear os excessos da época. Sob a ferocidade das batalhas, surgiu um mundo de paz e ordem, segundo um plano rígido destinado a acabar com a espontaneidade que mostrava o mundo como ele é: pútrido e irremediável. Será que, depois de tanto sofrer na vida, Cervantes também não tivesse buscado a mesma coisa?

me confundia com as frases longas e as palavras antigas.

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo do da frase acima está em.

- (A) para que ele não se perca nas nuvens da fantasia.
- (B) Era um homem sem remorso.
- (C) um universo de aventuras insólitas, em que se entrelaçam audácia, absurdo e humor.
- (D) O leitor da obra de Muñoz Machado encontrará tudo.
- (E) ele poderia muito bem se tornar ressentido.

6. FCC - ATTIFM (MANAUS)/PREF MANAUS/PRO-GRAMADOR/2019

Assunto: Conjugação. Reconhecimento e emprego dos modos e tempos verbais

Atenção. Considere o texto abaixo para responder à questão.

As rápidas e crescentes mudanças no setor da comunicação **puseram em xeque os antigos modelos de negócios(D)**. As novas rotinas criadas a partir das plataformas digitais **produziram um complexo cenário de incertezas(E)**. Vivemos um grande desafio.

É preciso refletir sobre a mudança de paradigmas, uma vez que a criatividade e a capacidade de inovação – rápida e de baixo custo – serão fundamentais para a sobrevivência das organizações tradicionais e para o sucesso financeiro das nativas digitais. Mas é preciso, também, **que façamos uma autocrítica(A)** sobre o modo como vemos o mundo e a maneira como dialogamos com ele.

Antes da era digital, **em quase todas as famílias existia um álbum de fotos(C)**. **Lembram disso?(B)** Lá estavam as nossas lembranças, os nossos registros afetivos. **Muitas vezes abríamos o álbum(B)** e **a imaginação voava(C)**.

Agora fotografamos tudo compulsivamente. Nosso antigo álbum foi substituído pelas galerias de fotos digitais de nossos dispositivos móveis. Temos excesso de fotos, mas falta o mais importante. a memória afetiva, a curtição daqueles momentos. Pensamos que o registro do momento reforça sua lembrança, mas não é assim. Milhares de fotos são incapazes de superar a vivência de um instante. É importante guardar imagens. Porém, é mais importante viver cada momento com intensidade. As relações afetivas estão sucumbindo à coletiva solidão digital.

Algo análogo se dá com o consumo da informação(D). Navegamos **freneticamente no espaço virtual(A)**. A fragmentação dos conteúdos pode transmitir certa sensação de liberdade, já que não dependemos, aparentemente, de ninguém. Somos os editores do nosso diário personalizado. Será? **Não creio, sinceramente. Uma enxurrada de estímulos dispersa a inteligência(E)**. Ficamos reféns da superficialidade. Perdemos contexto e sensibilidade crítica.

(Adaptado de. DI FRANCO, Carlos Alberto. Disponível em. opinioao.estadao.com.br)

Estão flexionados nos mesmos tempo e modo os verbos que se encontram em.

- (A) Navegamos freneticamente no espaço virtual // que façamos uma autocrítica.
- (B) Lembram disso? // Muitas vezes abríamos o álbum.
- (C) em quase todas as famílias existia um álbum de fotos // a imaginação voava.
- (D) Algo análogo se dá com o consumo da informação // puseram em xeque os antigos modelos de negócios.
- (E) Uma enxurrada de estímulos dispersa a inteligência // produziram um complexo cenário de incertezas.

5.FCC - 2016 - TRT 14/ADMINISTRATIVA - TJ TRT14
Assunto: Fontes do Direito Individual do Trabalho

A doutrina dominante classifica como fontes formais autônomas do Direito do Trabalho:

- (A) a Constituição Federal e as Medidas Provisórias.
- (B) as Portarias do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
- (C) os fatos sociais e políticos que contribuíram para formação e a substância das normas jurídicas trabalhistas.
- (D) os acordos coletivos de trabalho e as convenções coletivas de trabalho.
- (E) as greves de trabalhadores em busca de melhores condições de trabalho.

6.FCC - 2022 - TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE" - TJ TRT4
Assunto: Relação de Trabalho e Relação de Emprego

O contrato de trabalho intermitente, conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho, pode ser considerado um contrato atípico, por ausência de

- (A) subordinação.
- (B) remuneração mensal.
- (C) continuidade.
- (D) onerosidade.
- (E) previsibilidade.

7.FCC - 2018 - TRT 6/ADMIN/"SEM ESPECIALIDADE" - TJ TRT6
Assunto: Relação de Trabalho e Relação de Emprego

O requisito essencial previsto em lei para caracterizar uma relação como sendo de emprego e que não precisa se verificar em qualquer relação de trabalho é a

- (A) exclusividade.
- (B) ausência de onerosidade.
- (C) subordinação jurídica.
- (D) boa-fé contratual objetiva.
- (E) autonomia privada coletiva.

8.FCC - 2018 - TRT 15/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE" - TJ TRT15
Assunto: Relação de Trabalho e Relação de Emprego

Cícero é policial militar e cumpre escala 12 × 36 horas no seu batalhão. Nas folgas, presta serviço como segurança de um supermercado, recebendo ordens do gerente e um valor fixo mensal, não podendo se fazer substituir no desempenho de suas funções. Nesse caso, de acordo com o entendimento sumulado do TST,

(A) Cícero poderá ter o vínculo de emprego reconhecido, desde que presentes os requisitos legais, independentemente do eventual cabimento de penalidade disciplinar prevista no Estatuto do Policial Militar.

(B) haverá a imediata exoneração de Cícero de suas funções como policial militar, não ocorrendo também o reconhecimento do vínculo de emprego.

(C) Cícero não poderá ter o vínculo empregatício reconhecido, mesmo que presentes os requisitos legais, por ser servidor público militar, o que impede o contrato de emprego com empresa privada.

(D) trata-se de trabalho proibido, portanto, não gera vínculo empregatício, além de Cícero vir a sofrer penalidade administrativa prevista no Estatuto do Policial Militar.

(E) Cícero poderá ter o vínculo de emprego reconhecido, desde que presentes os requisitos legais, ficando impedida a Administração pública, neste caso, de aplicar penalidade disciplinar prevista no Estatuto do Policial Militar.

9.FCC - 2018 - TRT 6/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE" - TJ TRT6
Assunto: Características (contrato de trabalho)

O liame que se estabelece entre o empregador e seu empregado possui natureza jurídica contratual. Conforme previsões contidas na Consolidação das Leis do Trabalho sobre o contrato individual de trabalho e os sujeitos que o compõem,

(A) considera-se empregado toda pessoa física ou jurídica que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante pagamento de valor fixo mensal.

(B) diante do princípio da tutela ao trabalhador a lei prevê que o contrato somente será válido se for acordado expressamente e por escrito.

(C) para configuração do contrato de trabalho distingue-se entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador e o executado no domicílio do empregado, ainda que presentes os pressupostos da relação de emprego.

(D) para fins de contratação, o empregador não exigirá do candidato a emprego comprovação de experiência prévia por tempo superior a seis meses no mesmo tipo de atividade.

(E) o contrato de trabalho por prazo determinado não poderá ser estipulado por mais de um ano, admitindo-se, dentro deste prazo, até duas prorrogações, sob pena de passar a vigorar sem determinação de prazo.

10.FCC - 2022 - TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE" - TJ TRT4

Assunto: Alteração (contrato de trabalho)

Afrodite é empregada da empresa Céu de Atenas S/A e ocupa cargo de confiança na referida empresa há 12 anos, recebendo gratificação de função. Por deliberação do Conselho da empresa, sem justo motivo, Afrodite retornará ao seu cargo efetivo a partir do próximo mês. Conforme o que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, Afrodite

(A) deverá permanecer recebendo a gratificação de função, eis que ultrapassado o prazo mínimo de 5 anos de recebimento, incorporando-se ao seu patrimônio jurídico.

(B) deverá permanecer recebendo a gratificação de função, eis que ultrapassado o prazo mínimo de 10 anos de recebimento, incorporando-se ao seu patrimônio jurídico.

(C) deverá permanecer recebendo a gratificação de função, eis que após 2 anos de recebimento, apenas por justo motivo o empregado nessas condições perde o direito à gratificação de função.

(D) perderá o direito à gratificação de função, eis que essa reversão, com ou sem justo motivo, não assegura ao empregado o direito à manutenção do pagamento da gratificação correspondente.

(E) continuará percebendo 50% da gratificação de função, eis que essa reversão, sem justo motivo, decorrido o mínimo de 10 anos, assegura ao empregado o direito à manutenção do pagamento de 50% da gratificação correspondente.

11.FCC - 2017 - TRT 24/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE" - TJ TRT24

Assunto: Alteração (contrato de trabalho)

As alterações do contrato de trabalho são disciplinadas na Consolidação das Leis do Trabalho e a preocupação do legislador centrou-se nos aspectos das vontades das partes, da natureza da alteração e dos efeitos que esta gerará para determinar se será válida ou não. Em razão disso, excluem-se naturalmente da análise da legalidade as alterações obrigatórias, que são imperativamente impostas por lei ou por normas coletivas. No tocante às alterações do contrato de trabalho, estabelece a legislação vigente:

(A) Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, mesmo que resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado.

(B) Não se considera alteração unilateral a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.

(C) É ilícita a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento em que trabalhar o empregado.

(D) Mesmo que não haja necessidade de serviço o empregador poderá transferir o empregado para localidade diversa da que resultar do contrato, mas, nesse caso, ficará obrigado a um pagamento suplementar, sempre superior a 25% dos salários que o empregado percebia naquela localidade, enquanto durar essa situação.

(E) É vedada, em qualquer hipótese, a transferência de empregados que exerçam cargo de confiança.

12.FCC - 2017 - TRT 21/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE" - TJ TRT21

Assunto: Alteração (contrato de trabalho)

Leôncio é vendedor da loja de Auto Peças Sorte Sua Ltda., sendo obrigado pelo seu empregador a usar uniforme com a logomarca da loja, que consiste em uma camisa que muda de cor a cada mês: pode ser azul, verde, vermelha, rosa ou laranja. O empregado recebe a vestimenta sem qualquer ônus. No mês em que o uniforme possui cor da qual desgosta, Leôncio recusa-se a usá-lo, utilizando sua própria vestimenta no local de trabalho.

Tendo em vista a doutrina, a legislação vigente, bem como as alterações introduzidas pela Lei nº 13.467,

(A) o uso obrigatório de uniforme deve fazer parte do regulamento interno da empresa, com registro no Ministério do Trabalho, razão pela qual, se não estiverem satisfeitas tais exigências, pode Leôncio se recusar a utilizá-lo.

(B) Leôncio pode se recusar a usar o uniforme da empresa se assim preferir, uma vez que a definição da vestimenta no meio ambiente laboral deve ser tomada em conjunto, entre empregado e empregador.

(C) Leôncio é obrigado a usar o uniforme imposto pelo empregador, desde que este seja o responsável pela sua higienização, ou seja, arque com os custos da lavagem.

(D) cabe ao empregador definir o padrão de vestimenta no meio ambiente laboral, sendo lícita a inclusão no uniforme de logomarcas da própria empresa, razão pela qual Leôncio não pode se recusar a utilizá-lo.

(E) Leôncio pode se recusar a utilizar o uniforme se, além da logomarca da empresa, constarem outras de empresas parceiras, uma vez que não é empregado destas.

4.FCC - 2022 - PREF RECIFE - AGAAS (PREF RECIFE)

Assunto: Convergências entre a gestão pública e a privada

Em uma rede social, Marcos publicou um comentário, afirmando que a Administração Pública deveria seguir todos os princípios da Administração Privada. Júlia respondeu ao seu comentário com três argumentos que diferenciam os dois tipos de administração. Os argumentos válidos publicados na resposta da Júlia encontram-se em:

(A) o governo tem que pensar no lucro de todas as empresas, e as empresas, somente no seu. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através dos impostos e muitos pagam mesmo sem usar o serviço, já na iniciativa privada, a pessoa paga pelo bem ou serviço que consome. No governo os interesses dos cidadãos são irrelevantes, ao contrário da empresa privada.

(B) o governo tem que pensar no lucro de todas as empresas, e as empresas, somente no seu. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através dos impostos e muitos pagam mesmo sem usar o serviço; já na iniciativa privada, a pessoa paga pelo bem ou serviço que consome. No governo há a intenção de servir a sociedade e a empresa privada visa atender aos interesses de um indivíduo ou grupo.

(C) o governo tem que pensar no bem-estar coletivo, e as empresas, no seu impacto para a sociedade. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através de boletos, quando o cidadão usa um serviço específico; já na iniciativa privada, a pessoa paga pelo bem ou serviço mesmo sem usar. No governo há a intenção de servir aos interesses econômicos da nação, e a empresa privada visa atender aos interesses de um indivíduo ou grupo.

(D) o governo tem que pensar no bem-estar coletivo, e as empresas, no seu lucro financeiro. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através dos impostos e muitos pagam mesmo sem usar o serviço; já na iniciativa privada, a pessoa paga pelo bem ou serviço que consome. O governo existe para servir a sociedade e a empresa privada visa atender aos interesses de um indivíduo ou grupo.

(E) o governo tem que pensar no bem-estar coletivo, e as empresas, no seu lucro financeiro. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através dos impostos e o cidadão paga somente pelo serviço que usar; já na iniciativa privada, a pessoa paga diretamente para a empresa pelo bem ou serviço que consome. No governo há o desejo de servir às empresas para que atendam aos seus consumidores, e a empresa privada visa atender aos interesses de um indivíduo ou grupo.

5.FCC - 2022 - TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE" - AJ TRT4

Assunto: Convergências entre a gestão pública e a privada

É(São) exemplo(s) de convergência de práticas entre a Administração pública direta e a iniciativa privada:

- (A) avaliação por resultados e participação nos lucros.
- (B) participação nos lucros e demissão sem justa causa.
- (C) direito a férias remuneradas com salário maior do que o normal e avaliação por resultados.
- (D) direito a férias remuneradas com salário maior do que o normal e demissão sem justa causa.
- (E) participação nos lucros.

6.FCC - 2021 - TJ SC/ADMINISTRATIVO - ANA (TJ SC)

Assunto: Convergências entre a gestão pública e a privada

Constitui característica convergente entre a gestão pública e a gestão privada:

- (A) atividade regida por recursos oriundos de contribuições compulsórias dos cidadãos e empresas, que devem ser direcionados para a prestação do serviço público e do bem comum.
- (B) subordinação à supremacia do interesse público e à obrigação da continuidade da prestação do serviço.
- (C) possibilidade de fazer tudo aquilo que não estiver proibido por lei.
- (D) busca pelo lucro financeiro e por formas de garantir a sustentabilidade do negócio.
- (E) preocupação com a produtividade, eficiência, eficácia e efetividade de suas ações.

7.FCC - 2022 - TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE" - TJ TRT4

Assunto: Planejamento Estratégico

O planejamento estratégico dos órgãos públicos

- (A) se concentra nos problemas que a organização experimenta diuturnamente.
- (B) busca a superação de objetivos imediatos.
- (C) é caracterizado por um regime em que as metas não são fixas.
- (D) parte de uma identificação sistemática de pontos fortes e fracos.
- (E) procura identificar, internamente na organização, quais são as ameaças e quais são as oportunidades.

8.FCC - 2021 - MANAUSPREV/ADMINISTRATIVA - TP (MANAUSPREV)

Assunto: Planejamento Estratégico

Considere que determinada entidade esteja realizando um diagnóstico institucional para estabelecer seu planejamento estratégico. Nesse contexto, a identificação da visão da referida entidade

(A) traduz a dimensão externa desse diagnóstico, sendo aferida a partir de avaliações feitas por clientes e fornecedores.

(B) reflete a forma como a entidade é reconhecida atualmente pela sociedade, sendo uma etapa precedente à identificação da sua missão.

(C) consiste nas metas estabelecidas com base em projeções futuras, podendo ser otimista, pessimista ou intermediária.

(D) decorrerá da precedente identificação de sua missão, representando os valores que informam sua atuação.

(E) pressupõe um olhar para o futuro, definindo-se como a entidade deseja ser reconhecida pela sociedade.

9.FCC - 2020 - ALAP/ATIVIDADE ADMINISTRATIVA/ADMINISTRADOR - ANA LEG (ALAP)

Assunto: Planejamento Estratégico

Suponha que determinada entidade pública pretenda introduzir planejamento estratégico como forma de melhor alinhamento entre sua atuação e os objetivos públicos que deve perseguir. Nesse contexto, defrontou-se, inicialmente, com a necessidade de identificar a “visão” da entidade, ou seja,

(A) identificar as forças e fraquezas existentes na organização, a partir de uma análise interna que responda à pergunta: quais são as habilidades necessárias para que a entidade atinja seus objetivos?

(B) definir a razão de ser da entidade, o propósito pelo qual trabalham e se esforçam os seus colaboradores, respondendo à pergunta básica: para que existimos?

(C) realizar uma avaliação do cenário externo no qual a organização está inserida, respondendo à indagação: quais as oportunidades e ameaças que se apresentam no momento atual e futuro?

(D) responder à pergunta: onde a empresa quer chegar e o que deseja ser no futuro?; devendo a resposta ser construída com a participação dos colaboradores, buscando expressar um consenso dos membros da entidade.

(E) conhecer a cultura da organização, respondendo à pergunta: quais são os valores e os ideais individuais e coletivos dos seus integrantes?

10.FCC - 2022 - DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO - ASS TD (DPE AM)

Assunto: Liderança

A raiz do estudo comportamental da liderança fundamenta-se no Renascimento Italiano, com a obra de Nicolau Maquiavel denominada:

(A) O Príncipe.

(B) A Arte da Guerra.

(C) O Imperador.

(D) Líderes natos.

(E) Dominação Legítima.

11.FCC - 2022 - TRT 4/ADMINISTRATIVA/“SEM ESPECIALIDADE” - AJ TRT4

Assunto: Liderança

Entre os diferentes tipos de liderança apontados pela literatura, destacam-se a liderança transacional e a transformacional,

(A) ambas baseadas em características inatas do líder, sendo a transformacional um estágio mais elevado obtido a partir de treinamentos de liderança com foco no aprimoramento de habilidades de comunicação.

(B) ambas baseadas no carisma do líder, com a diferença de que a transacional pressupõe uma maior permeabilidade e interação com os liderados e valorização da participação coletiva.

(C) sendo a transacional baseada em uma relação de troca, onde os liderados obtêm benefícios a partir do seu desempenho, enquanto na transformacional há um maior estímulo para superação e crescimento pessoal.

(D) sendo a transformacional baseada no conceito de laissez-faire, onde o líder apenas entra em cena para ações corretivas, enquanto na transacional o líder atua de forma mais ativa, indutiva e muitas vezes coercitiva.

(E) ambas independentes de características pessoais do líder, sendo totalmente focadas em fatores do ambiente organizacional, possuindo como traço distintivo o grau de maturidade dos liderados.

Nesse caso, poderá ocorrer a
 (A) readaptação da servidora.
 (B) reversão da aposentadoria.
 (C) promoção na carreira.
 (D) reintegração ao serviço.
 (E) recondução ao cargo.

5. FCC - Tec Faz (Manaus)/Pref Manaus/2019

Diante de uma decisão de reintegração de determinado servidor ao cargo que anteriormente ocupava, aquele

- (A) será necessariamente colocado em disponibilidade se o cargo anterior estiver sendo ocupado por outro servidor.
 (B) passará a ocupar cargo imediatamente superior ao que ocupava, no caso de extinção deste ou se tiver sido provido por terceiro.
 (C) será automaticamente colocado em disponibilidade ou no quadro de cargos em extinção.
 (D) pode ser reintegrado no cargo resultante da transformação do anteriormente ocupado, caso tenha se operado essa alteração.
 (E) passará a ocupar exatamente o mesmo cargo anterior, por direito subjetivo, ainda que tivesse sido extinto, cabendo exoneração do servidor que estivesse ocupando referido cargo no momento da reintegração.

6. FCC - AsSt (DETRAN M(A)/DETRAN MA/2018

O acesso aos cargos públicos efetivos depende de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos. O servidor estável, ocupante de cargo efetivo, uma vez demitido,

- (A) poderá submeter-se a novo concurso público para ingresso no antigo cargo que ocupava, dispensado o cumprimento de estágio probatório.
 (B) será reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, caso demonstre judicialmente a nulidade da decisão que o demitiu.
 (C) não poderá retornar ao cargo anteriormente ocupado, pois, ainda que reconduzido ou reintegrado, deverá ser investido em novo cargo, para exercer funções distintas.
 (D) será ressarcido de todas as vantagens inerentes ao cargo que ocupava, apenas se obtiver a invalidação da demissão pela via judicial, tendo em vista que administrativamente não é possível restabelecer o vínculo funcional extinto.
 (E) poderá ser reintegrado ao cargo, caso fique demonstrada e seja decidida, em sede de processo administrativo ou judicial, a nulidade da decisão de demissão.

7. FCC - TJ TRT6/TRT 6/Administrativa/"Sem Especialidade"/2018

Aprovado em concurso público para provimento de cargo junto à Autarquia federal W, João não chegou a ser investido, pois não apresentou o diploma universitário exigido, nos termos da Lei e do edital, para comprovar, no momento da posse, o nível de escolaridade mínimo necessário para o exercício do referido cargo. Inconformado, recorreu ao judiciário. A ação deve ser julgada

- (A) procedente, pois a aprovação em concurso público gera direito adquirido à nomeação e dispensa a comprovação de outros requisitos para investidura.
 (B) procedente, pois a comprovação do nível de escolaridade exigido para o cargo deve ser feita no momento da inscrição no concurso, sob pena de preclusão consumativa.
 (C) improcedente, pois João não preencheu requisito básico para investidura no cargo, a despeito de sua aprovação em concurso público.
 (D) improcedente apenas se João tiver sido aprovado fora do número de vagas disponibilizadas no edital, hipótese em que não há direito subjetivo à nomeação.
 (E) improcedente, pois João não tem habilitação legal para o exercício do cargo para o qual foi aprovado em concurso público, mas a Administração poderá nomeá-lo para exercer cargo diverso, com requisito menor de escolaridade, em razão do princípio da eficiência.

8. FCC - TJ TRT15/TRT 15/Administrativa/Segurança/2018

Os cargos públicos vagos são preenchidos na Administração pública federal por meio de ato denominado provimento,

- (A) que tanto pode ser originário como derivado, nas formas nomeação, promoção, ascensão e transferência, estas duas últimas aplicáveis aos cargos em comissão.
 (B) que, em razão do princípio constitucional do acesso aos cargos por concurso público, somente pode ser originário, na forma nomeação, não mais subsistindo o provimento derivado.
 (C) que pode ser originário ou derivado, sendo formas destes, respectivamente, a nomeação e a promoção.

(D) que ocorre tanto para os cargos efetivos como para os cargos em comissão, sendo obrigatoriamente originário para os cargos efetivos e derivado para os em comissão.

(E) cujas formas ascensão, transferência e promoção são ínsitas ao sistema de provimento em carreira e, por essa razão, possibilitam regularmente o ingresso em carreira diversa daquela para a qual o servidor público ingressou por concurso.

9. FCC - TJ TRT15/TRT 15/Administrativa/Segurança/2018

Considere hipoteticamente que José, servidor público federal estável, cujo vínculo é regido pela Lei nº 8.112/1990, tenha sido demitido após regular processo administrativo. Inconformado com a decisão, apresentou recurso administrativo, que foi desprovido. Recorreu ao Poder Judiciário pleiteando a anulação do referido ato demissório. Na ação judicial obteve êxito, tendo o judiciário anulado o ato administrativo de demissão. Intimada para dar cumprimento à decisão judicial, a autoridade administrativa federal competente

(A) poderá reinvesti-lo no cargo anteriormente ocupado ou em outro de natureza diversa, que esteja vago, decisão de cunho discricionário, que deve levar em conta a necessidade do serviço público.

(B) deverá, por ato de reintegração, reinvesti-lo no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, com ressarcimento de todas as vantagens.

(C) deverá reinvesti-lo no cargo anteriormente ocupado, se este estiver vago, ou em outro de mesma natureza ou não, na hipótese de o cargo ter sido provido.

(D) deverá reinvesti-lo no cargo anteriormente ocupado, mesmo que tenha sido extinto, uma vez que a anulação da demissão torna a extinção inexistente.

(E) deverá, por ato de reintegração, reinvesti-lo no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, sem direito a ressarcimento de qualquer espécie.

10. FCC - TJ TRT11/TRT 11/Administrativa/2017

Flora é servidora pública federal e, por preencher os requisitos legais, foi recentemente, promovida. Sua promoção foi concedida em 10 de outubro de 2016 e, um mês depois, ou seja, em 10 de novembro de 2016, ocorreu a publicação do ato de promoção. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, a promoção

(A) não interrompe o tempo de exercício, que será contado no novo posicionamento na carreira a partir de 10 de novembro de 2016.

(B) interrompe o tempo de exercício, sendo contado no novo posicionamento na carreira a partir de 10 de outubro de 2016.

(C) não interrompe o tempo de exercício, que será contado no novo posicionamento na carreira a partir de 10 de outubro de 2016.

(D) interrompe o tempo de exercício, sendo contado no novo posicionamento na carreira a partir de 10 de novembro de 2016.

(E) interrompe o tempo de exercício, sendo contado no novo posicionamento na carreira a partir de 01 de novembro de 2016, ou seja, no primeiro dia do mês seguinte à promoção.

11. FCC - TJ TST/TST/Administrativa/"Sem Especialidade"/2017

De acordo com a Lei nº 8.112/1990, um cargo público fica vago em razão de

(A) readaptação, que consiste no retorno do servidor ao cargo anteriormente ocupado.

(B) exoneração, que se dá exclusivamente em razão de pedido do servidor público comissionado ou titular de cargo efetivo.

(C) aposentadoria, desde que por idade e a pedido, tendo em vista que quando por invalidez a vacância do cargo só ocorre quando do atingimento da idade mínima.

(D) promoção, quando precedida de concurso interno, hipótese em que o servidor passa a ocupar outro cargo efetivo.

(E) posse em outro cargo público não passível de ser acumulável com o anteriormente ocupado pelo servidor.

12. FCC - TJ TRT4/TRT 4/Apoio Especializado/Enfermagem do Trabalho/2022

Nos termos da Lei nº 8.112/1990,

(A) não há previsão legal de exclusão do teto de remuneração de qualquer vantagem.

(B) é prevista a redutibilidade de vencimentos para fins de isonomia para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

(C) remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.

12.FCC – 2020 - ALAP/ATIVIDADE ADMIN E OPERAC/
ASSISTENTE - ASS LEG (ALAP)/ ADMIN
Assunto: Porcentagem

Em uma mistura de água e óleo, o óleo corresponde a 20% do volume. Se 25% da água na mistura evaporar, o volume de óleo passará a corresponder, em porcentagem, a

- (A) 24
- (B) 30
- (C) 25
- (D) 32
- (E) 40

13.FCC – 2020 - ALAP/ATIV ADMIN E OPERAC/ASSIST
DE OPERAC TÉCN - ASS LEG (ALAP)
Assunto: Porcentagem

Foram produzidas camisetas brancas que estão sendo estampadas por Mateus. Mateus já estampou 40% do total de camisetas e sabe que se estampar mais 12, terá concluído 55% do trabalho. Assim, o número de camisetas brancas produzidas foi

- (A) 80
- (B) 60
- (C) 40
- (D) 100
- (E) 120

14.FCC – 2020 - ALAP/ATIVIDADE ADMINI E OPERAC/
AUX DE TRANSP - AUX LEG (ALAP)
Assunto: Porcentagem

Ana aplicou R\$ 1.000,00 em um investimento que rendeu 8% no primeiro mês e 6% no segundo mês. Bete aplicou R\$ 1.000,00 em um investimento que, após os dois primeiros meses, rendeu 14%. Comparando os ganhos de Ana e de Bete, é correto afirmar que, após os dois primeiros meses,

- (A) Bete ganhou R\$ 4,80 a mais do que Ana.
- (B) Ana ganhou R\$ 4,80 a mais do que Bete.
- (C) Ana e Bete tiveram ganhos iguais.
- (D) Ana ganhou R\$ 34,00 a mais do que Bete.
- (E) Bete ganhou R\$ 34,00 a mais do que Ana.

15.FCC – 2019 - PREF RECIFE - ASSGP (PREF RECIFE)
Assunto: Porcentagem

O preço de um determinado produto sofreu dois aumentos mensais consecutivos de 10% cada um deles. No mês seguinte ao segundo reajuste, teve seu preço reduzido em 15%. Supondo não ter havido nenhuma outra alteração de preço no período, o preço final do produto sofreu, em relação ao preço inicial (ou seja, antes do primeiro aumento),

- (A) um aumento de 2,85%.
- (B) um aumento de 5%.
- (C) uma redução de 10%.
- (D) uma redução de 5%.
- (E) uma redução de 2,85%.

16.FCC – 2019 - AFAP - ASS ADM FOM (AFAP)
Assunto: Porcentagem

O preço de custo de um produto é de 6 reais e este é vendido normalmente por 10 reais. Uma promoção de um supermercado oferece desconto de 50% na segunda unidade do produto. Então a quantia que o cliente deixará de gastar ao comprar duas unidades do produto e o lucro do supermercado nessa venda, são em reais, respectivamente,

- (A) 3 e 5.
- (B) 5 e 3.
- (C) 5 e 8.
- (D) 3 e 4.
- (E) 4 e 3.

17.FCC – 2019 - AFAP - ASS ADM FOM (AFAP)
Assunto: Porcentagem

O time de futsal Campeões da Vida participou de um campeonato ganhando 40% e empatando 24% das partidas de que participou. Como perdeu 9 partidas no campeonato, o número de partidas disputadas pelo time foi de

- (A) 36.
- (B) 64.
- (C) 30.
- (D) 25.
- (E) 16.

18.FCC – 2019 - BANRISUL - ESC (BANRISUL)

Assunto: Porcentagem

Uma papelaria vende cadernos de dois tamanhos: pequenos e grandes. Esses cadernos podem ser verdes ou vermelhos. No estoque da papelaria, há 155 cadernos, dos quais 82 são vermelhos e 85 são pequenos. Sabendo que 33 dos cadernos em estoque são pequenos e vermelhos, a porcentagem dos cadernos grandes que são verdes é

- (A) 25%.
- (B) 30%.
- (C) 15%.
- (D) 20%.
- (E) 35%.

19.FCC – 2019 - PREF MANAUS/"SEM ÁREA" - ASS TF (MANAUS)

Assunto: Porcentagem

Fernando pagou R\$ 100,00 de conta de água e R\$ 120,00 de conta de luz referentes ao consumo no mês de janeiro. Se a conta de água sofreu redução mensal de 15% nos meses de fevereiro e março subsequentes, e a conta de luz sofreu aumento mensal de 10% nesses dois meses, para pagar as contas de água e de luz referentes ao consumo no mês de março, Fernando gastou, no total,

- (A) R\$ 2,55 a menos do que gastou nas contas referentes ao consumo no mês de janeiro.
- (B) R\$ 4,00 a mais do que gastou nas contas referentes ao consumo no mês de janeiro.
- (C) R\$ 1,75 a mais do que gastou nas contas referentes ao consumo no mês de janeiro.
- (D) R\$ 6,00 a menos do que gastou nas contas referentes ao consumo no mês de janeiro.
- (E) R\$ 0,65 a mais do que gastou nas contas referentes ao consumo no mês de janeiro.

20.FCC – 2019 - SABESP/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - AP (SABESP)

Assunto: Porcentagem

Adriana, Beatriz e Carla foram as candidatas a representante discente na escola em que estudam, e as porcentagens de votos que obtiveram na eleição para essa função estão registradas no seguinte gráfico:

Adriana foi a vencedora e obteve 140 votos a mais que Carla, que foi a menos votada. O total de votos recebidos por Beatriz foi

- (A) 148.
- (B) 205.
- (C) 186.
- (D) 167.
- (E) 224.

21.FCC – 2021 - TJ SC - TJ AUX (TJ SC)

Assunto: Interpretação de gráficos e tabelas

Foi perguntado às 200 crianças de uma escola infantil qual é o seu sabor favorito de sorvete. Os resultados encontram-se no gráfico de setores abaixo.

É correto afirmar que

- (A) menos de 100 crianças preferem chocolate ou morango.
- (B) mais de 20 crianças preferem creme.
- (C) mais de 90 crianças preferem chocolate.
- (D) menos de 20 crianças preferem flocos.
- (E) menos de 105 crianças preferem creme ou chocolate.

22.FCC – 2019 - SABESP/ENSINO MÉDIO TÉCNICO - ESTAG (SABESP)

Assunto: Interpretação de gráficos e tabelas

Durante 15 dias, Giovana treinou montagem de cubo mágico, com o objetivo de montá-lo o mais rápido possível. Ela registrou em um gráfico o menor tempo de montagem que ela conseguiu no respectivo dia.

Considerando o objetivo de Giovana e apenas os tempos registrados no gráfico, é correto afirmar que

- (A) seu tempo foi superior a 120 s em 80 % dos dias.
- (B) seu tempo foi inferior a 118 s em um terço dos dias.
- (C) ela fez o pior tempo no décimo dia.
- (D) a média dos três melhores tempos foi 106 s.
- (E) a mediana desses tempos foi 103 s.

23.FCC – 2021 - MANAUSPREV/ADMINISTRATIVA - TP (MANAUSPREV)

Assunto: Proporções. Grandezas proporcionais. Divisão em partes proporcionais

Tiago Duarte e Bruno Castro ganharam um prêmio de R\$ 35.000,00 em uma loteria. Tiago propôs que a divisão fosse feita proporcionalmente ao número de vogais do primeiro nome de cada um. Bruno propôs que o prêmio fosse dividido proporcionalmente ao número de consoantes do sobrenome de cada um. A proposta com a menor diferença entre os valores que cada um receberia é:

- (A) Tiago receberia R\$ 7.000,00 a mais que Bruno.
- (B) Tiago receberia R\$ 5.000,00 a mais que Bruno.
- (C) Bruno receberia R\$ 7.000,00 a mais que Tiago.
- (D) Bruno receberia R\$ 6.000,00 a mais que Tiago.
- (E) Bruno receberia R\$ 5.000,00 a mais que Tiago.

(E) o ordenamento jurídico nacional, por meio de sua legislação penal, punirá os atos que se desviem da legalidade.

10. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

O artigo 5º da Constituição Federal elenca um extenso rol de direitos e garantias individuais, que

- (A) podem ser suprimidos por emenda constitucional.
- (B) têm aplicação condicionada à regulamentação infraconstitucional.
- (C) não excluem outros direitos decorrentes do regime e dos princípios constitucionais.
- (D) não podem ser restringidos durante o estado de sítio.
- (E) não estão sujeitos ao controle judicial.

11. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Sobre os direitos e garantias fundamentais previstos no texto constitucional,

- (A) a propriedade atenderá a sua função social.
- (B) o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita de forma universal e independentemente da aferição de hipossuficiência.
- (C) para o julgamento de crimes hediondos é permitida a criação de juízo ou tribunal de exceção.
- (D) a lei penal retroagirá para todos os fins.
- (E) ninguém será considerado culpado até o julgamento em segunda instância.

12. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Em relação à propriedade no ordenamento constitucional brasileiro.

- (A) A pequena propriedade rural, trabalhada pela família, poderá ser penhorada para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- (B) A função social da propriedade está circunscrita aos imóveis urbanos.
- (C) O direito de propriedade em território nacional se restringe aos brasileiros natos.
- (D) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- (E) Ao poder público é vedado praticar atos de intervenção na propriedade privada.

13. FCC - TJ TRT4/TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Diante do que dispõe a Constituição Federal sobre os direitos e garantias fundamentais,

- (A) é a todos assegurada, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- (B) tendo em vista o princípio da inviolabilidade, não é admitido o ingresso na casa do indivíduo sem o consentimento do morador, em nenhuma hipótese.
- (C) é permitida a criação de tribunal penal especial para o julgamento de crimes hediondos que provoque grande repercussão social.
- (D) o princípio do direito à duração razoável do processo aplica-se exclusivamente no âmbito judicial, não havendo qualquer disposição a esse respeito àqueles que tramitam no âmbito administrativo, por serem estes, naturalmente, mais céleres.
- (E) conceder-se-á mandado de segurança sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

14. FCC - TJ TRT4/TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Diante do que dispõe a Constituição Federal sobre os direitos e garantias fundamentais, considere.

- I. O direito à liberdade de profissão é protegido constitucionalmente, não podendo a lei estabelecer qualificações para o seu exercício.
- II. A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento apenas para assegurar o cumprimento do seu estatuto
- III. A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, somente poderá ser objeto de penhora para o pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- IV. A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.
- V. É assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

Está correto o que se afirma APENAS em
 (A) I, II e III.
 (B) I, III e IV.
 (C) II e V.
 (D) IV e V.
 (E) III, IV e V.

15. FCC - TJ AUX (TJ S(C)/TJ SC/2021

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Atenção. Para responder à questão, considere a Constituição Federal de 1988.

Sobre direitos e deveres individuais e coletivos, considere.

I. As entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, independentemente de autorização expressa.

II. No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, mesmo que não haja dano, uma vez que este é presumido.

III. A prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

IV. Às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) III e IV.
- (C) I e II.
- (D) I e IV.
- (E) II e III.

16. FCC - TJ TRF4/TRF 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2019

Assunto: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

Considere.

I. Seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário.

II. Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

III. Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

IV. Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no máximo de trinta dias, nos termos da lei.

Em conformidade com a Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, aqueles contidos em

- (A) III e IV, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I e IV, apenas.

- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

17. FCC - AG ADM (CM FORTAL)/CM FORTALEZA/2019

Assunto: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

A Constituição Federal assegura à categoria dos trabalhadores domésticos, atendidas as condições estabelecidas em lei, entre outros o direito a

- (A) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
- (B) décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
- (C) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos.
- (D) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.
- (E) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

18. FCC - TJ TRF3/TRF 3/ADMINISTRATIVA/SEM ESPECIALIDADE/2019

Assunto: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

Edineia, trabalhadora urbana, foi dispensada sem justa causa de seu emprego e entende que possui créditos resultantes dessa relação de trabalho. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, Edineia tem direito de propor ação, em face de seu ex-empregador,

- (A) com prazo prescricional de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
- (B) com prazo prescricional de dez anos, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.
- (C) a qualquer tempo, uma vez que o direito ao trabalho é um direito fundamental e, portanto, imprescritível.
- (D) com prazo prescricional de dez anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
- (E) com prazo prescricional de cinco anos, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.

19. FCC - TGP (SPPREV)/SPPREV/2019

Assunto: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

Segundo a Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social.

- (A) Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 100% à do normal.

(D) não impedem o exercício do controle pelo Tribunal de Contas, ao qual também é dado inferir conteúdo de economicidade aos atos e contratos administrativos.

(E) afastam a possibilidade de controle judicial quando tiverem sido o fundamento da edição de atos e celebração de contratos administrativos.

5. FCC - AG ADM (PREF SJRP)/PREF SJRP/2019

Assunto: Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

O regime jurídico imposto à Administração pública a submete a princípios e regras. No que se refere à obrigatoriedade de observância,

(A) os princípios possuem hierarquia superior às regras constantes da legislação, sobrepondo-se, portanto, a elas.

(B) a Administração indireta se submete apenas às regras constantes da legislação, não se lhes aplicando os princípios que regem a Administração direta.

(C) as regras legais podem ser afastadas se a Administração pública demonstrar que essa conduta melhor atenderá ao princípio da eficiência.

(D) o conteúdo dos princípios pode ser identificado em inúmeras regras legais, a exemplo da obrigatoriedade de realizar procedimento licitatório para garantia da impessoalidade entre os interessados.

(E) o princípio da legalidade é hierarquicamente superior aos demais princípios, porque obriga a Administração pública a agir nos termos da lei.

6. FCC - ASS PROC (PGE AM)/PGE AM/2022

Assunto: Princípios implícitos, reconhecidos e infra-constitucionais

A imposição de obrigações e restrições aos administradores, apenas nos limites necessários ao atingimento do interesse público colimado, constitui um corolário do princípio da

(A) proporcionalidade, que predica adequação entre meios e fins.

(B) legalidade, que é um princípio prevalente, cuja incidência afasta a dos demais.

(C) eficiência, o qual, contudo, aplica-se à Administração Pública apenas subsidiariamente.

(D) isonomia, o qual, todavia, pode ser afastado em prol da supremacia do interesse público.

(E) razoabilidade, que impede a Administração Pública de atuar com poder de império.

7. FCC - TJ TRF4/TRF 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2019

Assunto: Conceito de atos administrativos

Os atos praticados pelos administradores de uma sociedade de economia mista, nesta qualidade,

(A) podem ter natureza de ato administrativo, a exemplo de decisões indeferindo requerimento de informações, formulado por particular, sobre os serviços públicos prestados pela empresa.

(B) têm natureza de ato administrativo discricionário, a exemplo da decisão que aprova a locação de imóveis da empresa que estejam desocupados.

(C) têm natureza vinculada quando se prestarem a autorizar a alienação de imóveis da empresa que não estejam sendo utilizados para atividades afetas a seu objeto social.

(D) estão sujeitos à revisão administrativa pela Administração direta, sempre que implicarem indeferimento de pleitos dos empregados públicos ou de particulares.

(E) estão sujeitos à hierarquia administrativa da Administração direta, porque praticados por pessoa jurídica integrante desta estrutura administrativa.

8. FCC - TEC LEG (ALES(E)/ALESE/APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2018

Assunto: Conceito de atos administrativos

Considere.

I. Constituem exemplos de fatos administrativos a apreensão de mercadorias, a desapropriação de bens privados, a requisição de serviços ou bens privados, dentre outros.

II. A expressão fato jurídico é sinônima de fato administrativo, pois ambos englobam também os fatos simples, ou seja, aqueles que não repercutem na esfera de direitos, mas estampam evento material ocorrido no seio da Administração.

III. Fatos administrativos naturais são aqueles que se originam de fenômenos da natureza, cujos efeitos se refletem na órbita administrativa.

No que concerne aos fatos administrativos, está correto o que se afirma em

(A) II e III, apenas.

(B) I, II e III.

(C) I e III, apenas.

(D) II, apenas.

(E) I, apenas.

9. FCC - TEC LEG (CL DF)/CL DF/SECRETÁRIO/2018
Assunto: Conceito de atos administrativos

Considera-se ato administrativo toda e qualquer manifestação unilateral de que tenha vontade ou necessite a Administração pública, com vistas a adquirir, resguardar, modificar, extinguir e declarar direitos ou impor obrigações ao corpo administrativo ou a si mesma enquanto instituição pública. Os atos administrativos dividem-se em

- (A) materiais e empresariais.
- (B) institucionais e financeiros.
- (C) jurídicos e legais.
- (D) materiais e contábeis.
- (E) materiais e jurídicos.

10. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2019
Assunto: Mérito Administrativo

A doutrina do Direito Administrativo distingue duas espécies de atos administrativos. Os vinculados e os discricionários. O que os distingue é a ausência, nos atos vinculados, do seguinte aspecto, presente nos atos discricionários.

- (A) competência.
- (B) mérito.
- (C) forma.
- (D) finalidade.
- (E) motivo.

11. FCC - OET (DETRAN SP)/DETRAN SP/2019
Assunto: Elementos, requisitos e pressupostos (atos administrativos)

Considerando os elementos do ato administrativo, para que este seja considerado válido, é imprescindível que apresente

- (A) motivo, que são os fundamentos de fato e de direito para a prática do ato administrativo.
- (B) agente público competente, não podendo ser sanado vício de incompetência.
- (C) finalidade, que são as razões de fato e de direito para a emissão do ato.
- (D) forma, admitindo-se ato verbal ou escrito, desde que permita o claro entendimento de seu conteúdo.
- (E) objeto, que é o resultado a ser produzido com a prática do ato, o que se quer desfazer ou implementar.

12. FCC - TJ TRF3/TRF 3/APOIO ESPECIALIZADO/INFORMÁTICA/2019

Assunto: Elementos, requisitos e pressupostos (atos administrativos)

Um particular apresentou requerimento de licença de funcionamento para seu estabelecimento comercial. Protocolou o pedido no órgão municipal equivocado, cujo diretor, inadvertidamente, deferiu o pedido, sem atentar que a natureza da atividade que o particular pretendia realizar se subordinava a atribuições legalmente previstas para outro órgão municipal. O ato de licença deferido

- (A) é válido, ainda que contenha impropriedades, tendo em vista que o erro da Administração pública não projeta efeitos sobre o particular interessado.
- (B) possui vício de competência, sendo necessário o encaminhamento de pedido para análise pelo órgão competente, que emitirá licença válida.
- (C) reputa-se inalterável após o decurso do prazo de 30 dias, o mesmo estabelecido para a interposição de recurso administrativo pelo particular.
- (D) está eivado de vício de finalidade, o que enseja a anulação do ato, decisão privativa da autoridade competente.
- (E) não pode ser questionado sob o aspecto da validade, considerando que a competência é municipal e os órgãos públicos não têm personalidade jurídica própria.

13. FCC - TGP (SPPREV)/SPPREV/2019

Assunto: Elementos, requisitos e pressupostos (atos administrativos)

A edição de um ato administrativo de natureza vinculada acarreta ou pressupõe, para a Administração pública, o dever

- (A) de ter observado o preenchimento dos requisitos legais para a edição, tendo em vista que nos atos vinculados a legislação indica os elementos constitutivos do direito à prática do ato.
- (B) subjetivo de emissão do mesmo, este que, em razão da natureza, não admite anulação ou revogação.
- (C) de observar as opções legalmente disponíveis para decisão do administrador, que deverá fundamentá-la em razão de conveniência e interesse público.
- (D) do administrado destinatário do ato exercer o direito que lhe fora concedido, tendo em vista que os atos administrativos são vinculantes para os particulares, que não têm opção de não realizar o objeto ou finalidade do mesmo.
- (E) de submeter o ato ao controle externo do Tribunal de Contas competente e do Poder Judiciário, sob o prisma da legalidade, conveniência e oportunidade.